

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

24 DE JUNHO DE 2005

PRESIDENTE	- JOSÉ LOPES SILVANO
VEREADORES PRESENTES	- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO - NUNO JOSÉ ABRUNHOSA DE SOUSA - HENRIQUE ANTÓNIO PEDRO - CÂNDIDA DA PIEDADE CARVALHO
VEREADORES AUSENTES	- DOMINGOS ALBERTO DOUTEL - MARIA ISABEL BORGES PIRES
SECRETARIOU	- ÁUREA DO AMPARO PEREIRA – CHEFE DE DIVISÃO DE APOIO AOS SERVIÇOS OPERATIVOS
HORA DE ABERTURA	- 09 HORAS
ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR	- APROVADA POR UNANIMIDADE, DISPENSANDO A SUA LEITURA POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA FOTOCÓPIA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO.
OUTRAS PRESENÇAS	- PAULO JOÃO F. MAGALHÃES – DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS (REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
LOCAL DA REUNIÃO	- PAÇOS DO CONCELHO - SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL

ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Vereador ABRUNHOSA DE SOUSA informou que ouviu “vox populi” que a realização das tradicionais festas de N.ª Sr.ª do Amparo estaria comprometida no corrente ano, em virtude de uma medida judicial que penhorava todos os créditos à Comissão Fabriqueira de N.ª Sr.ª do Amparo, para garantia do pagamento da dívida exequenda.

Acrescentou que, sem por em dúvida toda a legitimidade da família Diogo da Silva para fazer cumprir uma sentença judicial que obriga ao pagamento de uma elevada indemnização, em consequência de um trágico acidente de que foi vítima um dos seus elementos, gostaria de saber qual a posição da Câmara nesta situação, uma vez que é do domínio público que aquela comissão não dispõe de meios financeiros para fazer face ao cumprimento da sentença e o levantamento da penhora.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu que já tinha havido acordo entre as partes para o pagamento faseado da dívida, pelo que a realização das festas estava salvaguardada. No entanto não deixava de estranhar o facto de a acção de penhora só ter sido accionada nesta data.

----- O Senhor Vereador ABRUNHOSA DE SOUSA respondeu que esse atraso só pode ser entendido como um gesto de tolerância e compreensão por parte da família sinistrada.

ORDEM DO DIA

01 – Órgãos da Autarquia – Informação do Senhor Presidente.

01/01 – Justificação de Faltas.

----- O Senhor Vereador ABRUNHOSA DE SOUSA deu conhecimento que os Senhores Vereadores Arq.º Domingos Doutel e Dr.ª Isabel Borges não poderiam comparecer à reunião por motivos profissionais.

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos Senhores Vereadores ausentes.

01/02 – Próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal:

----- A Senhora Chefe de Divisão de Apoio aos Serviços Operativos, autorizado a intervir, deu conhecimento da comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal que é do seguinte teor:

“Como Presidente da Assembleia Municipal, solicito a V.ª Ex.ª a amabilidade de, em meu nome, dar conhecimento da convocatória da próxima sessão da Assembleia Municipal, que se anexa, a todos os Senhores Vereadores, em reunião do Executivo.

Os melhores cumprimentos.”

----- A Convocatória da sessão ordinária é do seguinte teor:

“Nos termos da alínea a) do art. 54º do Decreto Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, convoco V.ª Ex.ª, como membro efectivo para tomar parte na sessão ordinária da Assembleia Municipal a realizar no dia 30 Junho (Quinta-Feira) pelas 14 horas. A referida sessão terá lugar no edifício do Auditório Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

1. 1.º Período de Intervenção Aberta ao Público;
 2. Informação do Senhor Presidente da Câmara nos termos da alínea e) do art. 53º do Decreto-Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro;
 3. Outros Assuntos de Interesse para o Município;
 4. 2.º Período de Intervenção Aberta ao Público.
- Com os melhores cumprimentos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – O.A. – 4.ª Modificação ao Orçamento e 3.ª Alteração à Despesa e ao PPI / PAM.

----- Foi presente a 4.ª Modificação ao Orçamento e 3.ª Alteração à Despesa e ao PPI / PAM com reforço total de 718.000,00€, (sendo 299.000,00€ de despesas correntes, 50.000,00€ no PAM e 369.000,00€ ao PPI) e o mesmo valor de anulação das outras rubricas.

----- O Senhor PRESIDENTE autorizou por despacho de 08/06/2005 a mencionada 3ª Modificação ao Orçamento, a que corresponde a 2.ª Alteração à Despesa e ao PPI / PAM - 2005.

----- Pelo Senhor Vereador ABRUNHOSA DE SOUSA foi dito que “em consonância com posições anteriores, manifesta-se contra esta alteração”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 20 de Junho, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 10/05

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 8 e 20 de Junho 2005 de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 11 de Janeiro de 2002.

OBRAS PARTICULARES – AUTORIZAÇÃO

240/04 – Olivia Rosa Cardoso Baia Ludovino – Construção de uma moradia - Urbanização Retiro da Princesa do Tua, lote n.º 45, Mirandela;
80/05 – Artur Fernando Gomes – Construção de um armazém – Zona Industrial, lote n.º 9 I, Mirandela;
92/05 – Rui Manuel Saraiva – Construção de uma moradia e anexo – Loteamento Tuasol, lote n.º 7, Mirandela;
107/05 – António Manuel Inácio Alves – Construção de uma moradia – Loteamento Tuasol, lote n.º 16, Mirandela;
109/05 – Galvanizadora do Nordeste, L.da – Construção de um armazém – Zona Industrial, Sector J, Lotes 10 e 12, Mirandela;
110/05 – António Alberto Diogo Fernandes – Construção de uma moradia – Loteamento do Pombal, lote n.º 11, Mirandela;
111/05 – António Alberto Diogo Fernandes – Construção de uma moradia – Loteamento do Pombal, lote n.º 12, Mirandela;
122/05 – Susana de Jesus Lavandeira – Construção de uma moradia – Loteamento Alberto Augusto & Irmãos, lote n.º 7, Mirandela;
149/05 – Francisco Pinto – Construção de um edificio colectivo – Loteamento Municipal de Vale da Azenha, lotes 1 e 2, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 10/05

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 9 de Maio e 20 de Junho de 2005, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 11 de Janeiro de 2002.



PEDIDOS DE INFORMAÇÃO PRÉVIA INDEFERIDOS

João Francisco Paulo – Pedido de viabilidade para construção de uma habitação – Lugar da Beira, Franco - Indeferido em 30/05/2005.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 11/05

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 8 e 20 de Junho de 2005, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 11 de Janeiro de 2002.

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

60/05 – VIPANI – Produtos para Pastelaria e Panificação – Armazém – Zona Industrial, lote n.º 8; Mirandela;
90/05 – Armando Areias Pedro – Habitação Bairro do Pombal, lote n.º 30, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 11/05

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 8 e 20 de Junho de 2005, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 11 de Janeiro de 2002.

LICENÇAS DE UTILIZAÇÃO

26/05 – Arnaldo Augusto Morais – Estabelecimento de comércio alimentar - Avenida das Amoreiras, Mirandela;
50/05 – António Júlio Mirandez – Habitação – Rua Eng.º Olímpio Rocha n.º 46, Mirandela.

VISTORIAS INDEFERIDAS

7/05 – Luís Flávio do Rosário Machado – Estabelecimento de bebidas e armazém – Abreiro;
79/05 – Maria de Lurdes Afonso – Habitação – Vale de Gouvinhas.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 13/05

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 8 e 20 de Junho de 2005, de acordo com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 11 de Janeiro de 2002.

OBRAS PARTICULARES – LICENCIAMENTO

25/05 – Construções Guilherme Afonso, L.da – Construção de um edifício – Bairro dos Peleiros, Golfeiras;
43/05 – João Trindade do Nascimento – Instalação de um comércio a retalho de frutas – rua Vale da Azenha, Mirandela;
63/05 – C.C.A. – Cabeleireiros e Esteticista, L.da – Instalação de um salão de cabeleireiro – Largo do Cardal n.º 20, Mirandela;
142/05 – Maria Elisabete Lopes Gonçalves – Construção de uma moradia – Avenida 25 de Abril, Carvalhais;
150/05 – Ana Maria Alice Ribeiro Ferreira – Construção de arrumos e garagem – Lugar de Cortiços, Carvalhais;
151/05 – Ilda Maria Vaz Teixeira Abreu – Construção de uma moradia –Lugar da Cortinha Nova, Passos;
161/05 – Sérgio José Meireles Teixeira – Alteração de uma fracção – Entre Vinhas, Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS

03 - Contabilidade – Tesouraria – Balancete.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 23 de Junho de 2005 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	123.989,69€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	860.150,57€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	984.140,26€
DOCUMENTOS-----	3.115,84€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

04 - Secção de Aprovisionamento**Autorizações de Despesa - Requisições**

----- Foi presente a informação n.º 13/05 de 21/06/2005 da Secção de Aprovisionamento:

Para conhecimento da Câmara Municipal e em conformidade com a deliberação da Câmara Municipal e de acordo com o despacho do Senhor Presidente, ambos de 11 de Janeiro de 2002, informa-se que foram autorizadas, por competência delegada, as requisições n.ºs 1262, 1263, 1268, 1276, 1277, 1278, 1281 a 1284, 1286 a 1288, 1291 a 1302, 1305 a 1315, 1317, 1319, 1321 a 1331, 1334 a 1353, 1356 a 1368, 1370, 1371, 1373 a 1378, 1380 a 1382, 1384, 1386 a 1390, 1392 a 1401, 1405 a 1409 e 1418 no valor de 101.887,92€ no período de 06 a 21 de Junho de 2005, pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores a Tempo Inteiro, nos montantes a seguir mencionados:

Senhor Presidente -----	15.232,85€
António Pires Almor Branco -----	63.060,19€
Cândida da Piedade Carvalho -----	4.271,51€
Henrique António Pedro -----	19.323,37€
Requisições de valor inferior a 200,00€ -----	3.068,12€
Requisições de valor superior a 200,00€ -----	98.819,80€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

05 - Secção de Contabilidade - Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

-----Foi presente a informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal n.º 12/2005 de 23/06/2005 que se transcreve:

Para cumprimento da deliberação da Câmara Municipal de 11 Janeiro de 2002, informo o Executivo que, no período de 08 a 23 de Junho de 2005, foram efectuadas as seguintes:

Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento:

Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas no valor total de	220.412,30€
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria no valor global de	--,-€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRAESTRUTURAS**06 - Pedido de Subsídio - Apoio ao II encontro de Parapente de Mirandela - Aero Clube de Mirandela.**

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 1666 de 24/02/2005 subscrito pelo Senhor Presidente do Aero Clube de Mirandela, com o seguinte teor:

“1- Na sequência da realização e do II Encontro de Parapente de Mirandela, que se irá realizar nos próximos dias 18 e 19 de Março na Serra de Orelhão, freguesia de Lamas de Orelhão, deste concelho, e não tendo este Clube recebido até á data o apoio financeiro que os responsáveis da Câmara Municipal prometeram atribuir na reunião que tiveram com a Direcção do Clube em 4 de Janeiro, que seria aprovado em início de Fevereiro, vimos solicitar a V. Excma a urgente atribuição do referido apoio financeiro, de cujo officio datado de 5 de Janeiro juntamos cópia.

2- Lembramos que devido ao empenhamento dos sócios deste clube foi possível que a prova se enquadre no calendário do campeonato nacional da modalidade, o que permitirá a divulgação do nosso concelho em todo o país, pois temos uma lista de pré-inscritos com perto da centena de pilotos mais respectivos acompanhantes.

3- Aproveitamos ainda para relembrar que, do acordo estabelecido no ano transacto, designadamente com o Sr. Vereador da Cultura, Desporto e Recreio, no quadro da realização do I Encontro Nacional de Parapente em Mirandela, se estabeleceu a atribuição de um subsídio de 2.500 Euros, que continuamos sem receber, ó qual fazemos votos que não se junte o actual pedido.

4- A não atribuição do respectivo subsidio obrigará a anulação da prova para grande contentamento dos concelhos candidatos a este evento; Macedo de Cavaleiros, Moncorvo e Freixo de Espada a Cinta, que apesar de já realizarem provas deste tipo, as mesmas não contam para o Campeonato Nacional, permitindo assim a realização da mesma a um deles, afastando do nosso concelho as provas de âmbito nacional.

5- Aproveitamos para expressar ainda a nossa total disponibilidade para, em colaboração com a edilidade, oferecer o nosso melhor contributo para o desenvolvimento de Mirandela.”

----- Processo de despesa n.º 1510 de 21/06/2005.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade aprovar o pedido de subsidio para o Aero Clube de Mirandela no valor de 2.500€ (dois mil e quinhentos euros), para os fins propostos.

Wad
G

07 - Pedido de Subsídio – Apoio Financeiro - Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Lamas de Orelhão.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 2417 de 18/03/2005, subscrito pelo Senhor Presidente da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Lamas de Orelhão, com o seguinte teor:

“Vimos por este meio, solicitar a V.ª Ex.ª, um subsídio de 300 Euros, afim de proceder à realização de uma actividade no dia 02 de Abril, designada “Reciclagem na Aldeia”

Na realização desta, estarão envolvidas várias entidades e instituições do concelho e contará igualmente com o envolvimento dos jovens e crianças da freguesia, como tal, necessitamos de alguns recursos materiais e financeiros.

Atendendo ao facto de a ACRDLO, não ter capacidade para suportar todas as despesas e recursos necessários ao desenrolar da mesma, solicitamos algum apoio de V.ª Ex.ª e igualmente pretendemos o envolvimento desta Câmara Municipal na referida actividade.

Agradecemos a atenção que V.ª Ex.ª certamente vai dispensar ao nosso pedido e estamos certos de que acederá ao mesmo. Com os melhores cumprimentos.”

----- Processo de despesa n.º 1509 de 21/06/2005.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Lamas de Orelhão no valor de 300€ (trezentos euros), para os fins propostos.

08 - Pedido de Subsídio - Tout-Venant - Clube de Caça e Pesca de Torre D. Chama.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 2676 de 30/03/2005, subscrito pelo Senhor Presidente do Clube de Caça e Pesca de Torre D. Chama com o seguinte teor:

“O Clube de Caça e Pesca de Torre de D. Chama, após o almoço/convívio que vai realizar em 2005/04/10, vai inaugurar a instalação eléctrica no seu prédio rústico, onde será no futuro construída a sua sede, e desde já convidamos V.ª Ex.ª para a sua inauguração.

Devido ao acesso se encontrar em péssimo estado de conservação, vimos solicitar a V.ª Ex.ª se digne conceder-nos 150,00m³ de tout-venant para reparação no mesmo.

Antecipadamente agradecemos, ficamos a aguardar o deferimento da nossa solicitação com brevidade.

Com os melhores cumprimentos.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para o Clube de Caça e Pesca de Torre D. Chama de 150,00m³ de tout-venant, para os fins propostos.

09 - Transferência Financeira – Benfeitorias na Capela de N.º Sr.ª do Aviso – Vale da Sancha - Junta de Freguesia de Frechas.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 4914 de 21/06/2005, subscrito pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas, com o seguinte teor:

“Tendo em vista a conservação do património existente na Freguesia, procedemos já a pequenas obras de reparação do telhado da Capela de Nossa Sr.ª do Aviso em vale da Sancha.

Contudo também as duas portas em madeira, precisam com urgência de ser restauradas. Assim, vimos solicitar o subsídio de 1.000,00€, para podermos concretizar estas benfeitorias.

Sem outro assunto, certos da melhor atenção, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.”

----- Processo de despesa n.º 1512 de 21/06/2005.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de subsídio para a Junta de Freguesia de Frechas no valor de 1.000,00€ (mil euros), para os fins propostos.

10 - Secção de Taxas e Licenças – Horário de Funcionamento - Bares da Rua Vasco da Gama e Envolvente.

----- Foi presente uma proposta de 21/06/2005 subscrita pelo Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco que a seguir se transcreve:

“1 - Por deliberação de 19 de Março de 2004, após apreciação do processo, queixas e parecer jurídico, que dela constam, esta Câmara Municipal, ao abrigo da alínea a) do art.º 3.º do Decreto Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, e com os fundamentos constantes das referidas queixas, provando a perturbação da paz, do sossego, da segurança e da qualidade de vida dos moradores da zona, decidiu restringir o horário de funcionamento, até às 24 horas, em todos dias da semana dos estabelecimentos: **Salão de Jogos Trevo, Kaloiro Bar, Net Bar Sun 7, Café Cervejaria Elite, Diversões Charlot, Victor's Bar e Salão 2000.**

2 - Porém, a requerimento dos proprietários dos supra referidos estabelecimentos e por minha proposta, com os fundamentos que dela constam, a Câmara Municipal deliberou em 21/10/2005, aceitar os argumentos dos citados interessados, autorizando o funcionamento dos supra referidos estabelecimentos, com o horário praticado antes da deliberação de 19 de Março de 2004, referenciado em 1.

Avérbamento: onde se lê "21/10/2005", deve ler-se "21/01/2005". Conforme rectificação constante de acta de 08/07/2005. minha delib. 08/07/05 - o Director de Arhantamento, Lyaie

Esta autorização, contudo ficou condicionada à avaliação trimestral, do ruído e perturbações do sono dos moradores e vizinhos, podendo ser revogada, caso se verificasse o regresso às anteriores práticas de excesso de ruído de vizinhança.

3 - Na esteira desta decisão e compulsando o respectivo processo, verifica-se que:

- a) -O Sr João Luís Borges apresentou uma queixa, em 11 de Maio de 2005, contra o “**Net Bar Sun 7**” “*pelo barulho provocado pela aparelhagem sonora instalada no bar, nos dias 08-02-2005, cerca da 01 hora e 30 minutos, 13-02-2005, cerca das 02 horas e 05 minutos, 17 de Março de 2005, pelas 23 horas e 11 minutos, 19 de Março de 2005, pelas 00 horas e 40 minutos e 21 de Março de 2005, cerca da 01 horas 40 minutos*”;
- b) -O Sr Rui Adolfo Teixeira Freixeda apresentou queixa, em 10 de Maio de 2005, contra o “**Kaloiro Bar**”, “*por ser constantemente perturbado, bem como a restante família, esposa e dois filhos menores, derivado ao barulho excessivo provocado pela aparelhagem sonora, arrastar de mesas e cadeiras e altas gritarias, a partir das 23 horas*”;
- c) -A Sra. D. Maria Helena Baptista dos Santos Lopes apresentou queixa, em 06 de Junho de 2005, contra o “**Diversões Charlot**”, “*por, durante todos os dias da semana e até cerca das 23 horas, os donos deste estabelecimento terem em funcionamento uma aparelhagem sonora, cujo som se faz ouvir em tons estritamente elevadíssimos e, durante as horas de funcionamento do estabelecimento de cabeleireira que possui, se tornar extremamente incomodativo, para quem trabalha e para as suas clientes, sendo um obstáculo à comunicação normal e contribuindo para o aumento da fadiga*”.
- d) -O Sr. Lino Baptista apresentou queixa em 20 de Maio de 2005, contra o “**Kaloiro Bar**” por, a partir das 23 horas, “*se tornar muito incomodativo ao descanso e lazer de todos nós, situação que se está a tornar insustentável*”;
- e) -A Polícia de Segurança Pública de Mirandela, em 29 de Maio de 2005, enviou exposição a esta Câmara Municipal onde afirma, com relevância para a questão:

- “*Os estabelecimentos da zona Vasco da Gama são frequentados por uma clientela homogénea, maioritariamente adolescentes, com a sua natural irreverência e tendência para situações não convencionais, tais como propensão para algazarra, consumo excessivo de bebidas alcoólicas, etc.*;
- *Fazem-se transportar em veículos automóveis/motos que por ali circulam rua acima - rua abaixo, com óbvio ruído dos motores, travagens, buzinas, buzinas e outros despautérios;*
- *A P.S.P tem, sido solicitada cíclica e sistematicamente a atender reclamações de pessoas/moradores, visivelmente com os nervos completamente destrambelhados, em consequência directa e necessária desta situação;*
- *Tudo isto constatado, posteriormente (...) à data, foram recebidas reclamações sobre o funcionamento daqueles estabelecimentos, de resto, oportunamente e em tempo remetidas à Câmara Municipal;*
- *O que é certo é que o horário actualmente praticado em alguns estabelecimentos sítos naquela artéria, infecciona as ocorrências policiais naquela zona, em consequência directa do seu funcionamento, de modo a comprometer com gravidade os direitos de personalidade dos residentes nas imediações, dando origem, naturalmente, a uma catadupa de reclamações mais que justificadas”.*

f) -Com a exposição da P.S.P, vieram apenas fotocópias das queixas onde, pelos motivos já, acima sobejamente descritos, a Sra. D. Maria Helena fez contra o “**Diversões Charlot**”, em 31 de Março de 2005, a Sra. D. Graciete Jerónimo Veiga fez contra o café denominado “**Elite**”, em 04 de Abril de 2005, e o Sr. Manuel do Nascimento fez contra o “**Net Sun Bar 7**”, em 27 de Abril de 2005, por ter havido agressões, naquele estabelecimento, pelas 17:15 horas desse mesmo dia.

4 - Pelos factos atrás descritos e cabalmente testemunhados, quer pelos queixosos quer pela autoridade policial, ficou bem demonstrado que os requerentes - proprietários dos estabelecimentos constantes da deliberação de 21 de Janeiro de 2005, desmereceram o benefício que, através daquele acto deliberativo, lhe foi concedido, isto é a faculdade de terem sido autorizados a funcionar até às 02 horas de todos os dias da semana;

5 - Nestes termos, com os fundamentos de facto atrás descritos e com os fundamentos de facto e de direito constantes da deliberação de 19 de Março de 2004, proponho;

- a) -Que se revogue a deliberação de 21 de Janeiro de 2005, que figura sob o título “Secção de Taxas e Licenças - Prolongamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos da Rua Vaco da Gama e Envolvente”;
- b) -Que se reprene, nos seus exactos termos, a deliberação de 19 de Março de 2004, a saber:
 - Ao abrigo da alínea a) do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, e com os fundamentos constantes nas queixas existentes no processo provando que os estabelecimentos da zona têm perturbado a paz, o sossego, a segurança e a qualidade de vida dos seus moradores, reduzir o horário de funcionamento, até às 24 horas, em todos os dias da semana, dos seguintes estabelecimentos: **Salão de Jogos Trevo, Kaloiro Bar, Net Bar Sun 7, Café Cervejaria Elite, Diversões Charlot, Victor’s Bar e Salão 2000;**
 - Dispensar a audiência aos interessados, ao abrigo das alíneas a) e b) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do artigo 103.º do Código do Procedimento Administrativo.
 - Que o teor desta deliberação produza os efeitos, após a notificação aos interessados;
- c) - O teor desta deliberação deve ser notificado os interessados e comunicado à P.S.P.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto.

11 - Pedido de Destaque de uma Parcela de Terreno - Miradouro- Construções Imobiliária, L.da

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 2600 de 24/03/2005 com o seguinte teor:

“Miradouro Mirandela Construção Imobiliária, L.da, Sociedade Comercial por Quotas, NIPC 506 152 146, com sede no Edifício Tua 2.ª fase, escritório 1, em Mirandela, vem junto de V.ª Ex.a enunciar o seguinte:

A aqui signatária é dona e legítima proprietária de um prédio urbano, composto por 4 blocos, com cave, rés-do-chão, 1.º e 2.º andares, com a s.c. de 1181m², logradouro a sul, poente e nascente com a área de 750m² implantado no prédio rústico, sito na

Rua Eng.º José Machado Vaz, Estrada Nacional n.º 15, com a área de 3.200m², a confrontar a Norte com Estrada Nacional n.º 15, Sul caminho, Nascente Maria Fausta e Poente Herdeiros Alfredo Augusto Lemos, inscrito na matriz sob o artigo 1325.

Em resultado da implantação do edifício supra descrito remanesce uma faixa de terreno com a área de 1269m², localizada a Norte do referido edifício, a confrontar em toda a sua extensão Norte com a Estrada Nacional n.º 15, denominada de arruamento de sentido único, com vinte e quatro lugares de estacionamento, que vai indicada a ponteados de cor vermelha na planta de implantação que ora se junta sob o doc. 1, e que a sociedade Miradouro Mirandela Construção Imobiliária, L.da, se propõe dispor gratuitamente em benefício dessa Câmara Municipal, caso haja interesse na sua integração no domínio público.

Pelo que os consequentes procedimentos ficam à consideração de V.ª Ex.ª

Com os melhores cumprimentos."

----- Em 06/05/2005 pela Divisão de Arquitectura e Planeamento foi emitida a seguinte informação:

"O pedido de destaque pretendido respeita o previsto no Artigo 6º, ponto 4, do Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei 177/2001 de 4 de Junho."

----- O Senhor Director do Departamento de Urbanismo e Ambiente em 11/05/2005 exarou o seguinte parecer:

"Face à informação técnica, o destaque está isento de licença ou autorização, nos termos do n.º 4 do art. 6º do Decreto-Lei 177/2001."

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade:

- 1 – Aceitar a doação de 1.269m² da Sociedade Comercial por Quotas Miradouro Mirandela Construção Imobiliária, L.da, para integração do domínio público deste Município;
- 2 – Dar conhecimento ao requerente.

DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS

12 - Ligação do Parque do Império à Reginorde.

----- Foi presente uma informação em 14/04/2005 pela Divisão de Hidráulica e Vias de Comunicação que a seguir se transcreve:

"A obra em epígrafe foi consignada à firma EUSÉBIOS & FILHOS, S.A., em 04 de Novembro 2003, por 1.424.787,65€, tendo um prazo de execução de 18 MESES. Por deliberação de 06 de Agosto 2004 existe uma prorrogação de prazo até 30 de Julho 2005.

A esta data estão realizados 73,23% dos trabalhos previstos, verificando-se que no decorrer da empreitada a existência de erros de projecto, o que levou a realização de trabalhos de natureza imprevista:

- Desmatção e limpeza do terreno;
- Escavação para a obtenção das cotas de projecto;
- Escavação para a abertura de caboucos de fundação;
- Fornecimento e colocação de aparelhos de apoio em neopreno;
- Colocação de cavaletes para a montagem de moldes e cimbramentos necessários à execução do tabuleiro;
- Fornecimento e colocação de juntas de dilatação.

Estes trabalhos estão discriminados em mapa anexo (Trabalhos de Natureza Imprevista), onde se descreve as quantidades e preços unitários, cujo valor total é de 192.012,30€ (Cento Noventa Dois Mil e Doze Euros e Trinta Centimos), o que representa no global da obra um aumento de trabalhos de 13,48%.

A esta data há Trabalhos a Menos no valor de 134.804,28€ (Cento Trinta Quatro e Oitocentos Quatro Euros e Vinte Oito Centimos), o que representa no global da obra uma diminuição de trabalhos de 9,46%, provenientes de trabalhos Arquitectura, Arranjo Paisagístico, Infra-estruturas de Iluminação Pública e Telefones, que foram executados em menor quantidade, ou dispensados de execução por não serem indispensáveis à obra, não comprometendo a qualidade da mesma.

Estes trabalhos estão discriminados em mapa anexo (Trabalhos a Menos).

Estava prevista na obra em epígrafe o fornecimento e colocação de guias para lancil em granito com dimensões especificadas nas peças escritas e desenhadas.

Procedeu-se à sua substituição (Trabalhos de Substituição), em lancil de betão tipo L11 para o tabuleiro, L8 para a rotunda e L6/L3 para o resto dos passeios, já que toda a envolvente (Avenida 25 de Abril e Rua D. Afonso III) é de material de igual natureza.

Com esta substituição existe uma economia de 27.677,50€ (Vinte Sete Mil e Seiscentos Setenta Sete Euros e Cinquenta Centimos).

No Quadro seguinte resume-se a situação geral da obra:

	Trab. Mais	Trab. Menos	V. Acumulado	(%)
Trabalhos a Mais e a Menos Aprovados	*52 540,70€	** -113 162,28€	-60 621,58€	
Trabalhos a Mais e a Menos Aprovar	192 012,30€	-134 804,28€	57 208,02€	
Trabalhos de Substituição Aprovados		*** -27 677,50€	-27 677,50€	
TOTAL	244 553,00€	-275 644,06€	-31 091,06€	-2,18%

(*) – Trabalhos a Mais Aprovados por Deliberação Camarária, em 10 de Dezembro 2004, correspondentes à execução da laje de transição Aterro/Viaduto.

(**) – Trabalhos a Menos Aprovados por Deliberação Camarária, em 28 de Maio 2004, correspondentes à dispensa de execução da plataforma inferior do Viaduto designada por 'Prado Florido'.

(***) – Trabalhos de Substituição Aprovados por Deliberação Camarária, em 14 de Fevereiro 2005, correspondentes à substituição de material (lancil) aplicar no Viaduto.
Solicita-se à consideração Superior Aprovação dos presentes trabalhos.”

----- Pelo Senhor Director do Departamento de Fomento e Infra-Estruturas em 24/05/2005 foi emitida a seguinte informação:

“A esta data a obra está concluída. Os trabalhos descritos como trabalhos a mais, trabalhos a menos e trabalhos de substituição mantêm-se.

A realização dos trabalhos a mais foram imprescindíveis na obra, estando descritos no mapa anexo.

À consideração superior.”

----- O Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco em 09/06/2005 emitiu o seguinte despacho:

“À reunião, para aprovação dos trabalhos a mais e menos objecto das presentes informações técnicas.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos a mais no valor de 192.012,30€ (cento e noventa e dois mil e doze euros e trinta centimos) e trabalhos a menos no valor de 134.804,28€ (cento e trinta e quatro mil oitocentos e quatro euros e vinte e oito centimos) da obra “Ligação do Parque do Império à Reginorde”.

DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE

13 - Ampliação de um Edifício – Pedido de Isenção de Taxas - Centro Social de Nossa Senhora do Amparo.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 4351 de 27/05/2005 subscrito pela Superior Geral do Centro Social de Nossa Senhora do Amparo, com o seguinte teor:

“Venho por este meio solicitar a V.ª Ex.ª se digne conceder a isenção de taxas referentes à empreitada “Ampliação de um edifício” a ser executada nas actuais instalações do Centro Social de Nossa Senhora do Amparo, em Mirandela, com o processo n.º 212/212/33801.

Grata pela sua atenção envio respeitosa e cordial saudação.”

----- Pela Divisão de Arquitectura e Planeamento em 09/05/2005 foi emitida a seguinte informação:

“Em face do solicitado tenho a informar o seguinte:

Nos termos do artigo 43º, n.º 2 do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, “A Câmara, ou o seu presidente, mediante delegação daquela, poderá conceder redução ou isenção de taxas e Licenças prevista na tabela do regulamento, às pessoas colectivas, de direito público ou de utilidade pública administrativa, às instituições particulares de solidariedade social e às instituições culturais, desportivas, profissionais e cooperativas.”

À Consideração Superior.”

----- O Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco despacha à reunião em 14/06/2005.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado conforme proposto, ou seja, a isenção do pagamento das taxas referentes à empreitada “Ampliação de um edifício” a ser executada nas actuais instalações do Centro Social de Nossa Senhora do Amparo, em Mirandela, com o processo n.º 212/212/33801.

14 - Licenciamento de uma Obra de Edificação - Amável Alves Pinheiro.

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 2578 de 24/05/2005 com o seguinte teor:

“Amável de Jesus Pinheiro, casado, NIF 164 553 576, residente na Avenida D. João I, n.º 28, Freguesia e concelho de Chaves, vem por este meio expor e requerer a V.ª Ex.ª o seguinte:

1 - É o requerente proprietário de uma casa de habitação constituída por r/chão, primeiro andar e águas furtadas, sita no lugar e Freguesia de Vale de Gouvinhas.

2 - A referida casa de habitação encontra-se omissa na matriz predial da Freguesia de Mirandela, bem como na respectiva Conservatória do Registo Predial.

3 - Foi construída no ano de 1978, ao abrigo do processo de obras a que corresponde o n.º...;

4 - A referida casa de habitação foi concluída e habitada no ano de 1980.

5 - Sucede no entanto, que a casa de habitação em questão não existe fiscal e juridicamente, uma vez que o seu proprietário, aqui requerente, negligenciou na obtenção dos respectivos documentos, nem os mesmos alguma vez lhe foram solicitados;

6 - De igual modo não foi requerida, como era devido, a respectiva licença de habitabilidade nem o requerente providenciou pela obtenção da mesma.

7 - Acresce ainda, que a construção erigida não corresponde ao existente no respectivo projecto de obras.

8 - Todo este processo, arrasta-se à mais de 20 anos, sendo no entanto o aqui requerente considerado juntamente com a sua mulher, dono e legítimo possuidor da casa de habitação em questão, pretendendo para o efeito invocar o estatuto jurídico do usucapião.

9 - Impõe-se para o efeito e por obrigação legal que a casa de habitação em questão tenha licença de habitabilidade.

10 - Sendo ainda necessário que previamente se proceda à alteração do projecto de obras existente, tudo conforme consta do processo de alteração já entregue nessa Câmara Municipal de Mirandela.

11 - Acontece ainda, que as respectivas alterações apenas podem ser aprovadas, após a apresentação de uma certidão de teor emitida pela Conservatória do Registo Predial, comprovativa do registo de propriedade.

12 - Consequentemente a obtenção da já referida licença de habitabilidade só é possível após a aprovação das supra mencionadas alterações;

13 - E porque assim, sem a referida certidão, não pode o requerente alterar o processo de obras e porque não pode alterar o referido processo de obras, não pode obter a licença de habitabilidade e porque não pode obter a licença de habitabilidade não pode obter um título, que lhe permita fazer prova da sua propriedade, caindo-se deste modo, num ciclo vicioso que em nada abona a segurança jurídica.

14 - E porque assim, impõem-se que a Câmara Municipal de Mirandela, usando do mesmo procedimento que em situações análogas tem sido utilizado, defira as alterações pretendidas e a respectiva licença de habitabilidade, comprometendo-se o requerente, desde já, a celebrar uma escritura de justificação de posse, vulgo, usucapião da casa de habitação em questão e a apresentar no prazo máximo de seis meses a certidão do registo predial necessária à conclusão do respectivo processo de obras.

Pede deferimento."

----- Em 30/05/2005 o Técnico Superior Eng.º Luís Beleza emitiu a seguinte informação:

"Em relação ao assunto supra referido, cumpre-me informar o seguinte:

a) Requerente: Amável Alves Pinheiro;

b) Local: Vale de Gouvinhas;

c) Objecto do licenciamento: remodelação e alteração de uma moradia;

d) Apreciação do pedido.

Trata-se de um requerimento explicando o porquê de não ter sido presente a certidão do registo predial correspondente à moradia. O requerente invoca que a casa não está inscrita na matriz de Finanças, nem naturalmente, na Conservatória do Registo Predial. Invoca que não tratou da licença de habitabilidade quando concluiu as obras, cerca de 1980.

Por outro lado a casa apresenta algumas alterações em relação ao licenciamento, pelo que a ser solicitada a licença de utilização teria de ser reprovada e consequentemente não poderia ser emitida a licença de utilização que permitiria a legalização da moradia em termos fiscais e jurídicos.

Ou seja como refere o requerente, a casa não existe fiscal e juridicamente.

Tal como em situações semelhantes a Câmara deverá utilizar um crédito excepcional, deferindo o licenciamento após o processo estar devidamente concluído, a menos da apresentação da certidão do registo predial. Esta será presente num prazo máximo de 6 meses contados a partir da data de emissão de licença de utilização.

A ser deferida esta pretensão e considerando que o processo está concluído com a apresentação inicial de todas as especialidades ou elementos exigíveis, pode ser deferida a reconstrução de uma casa de habitação."

----- Pela Divisão de arquitectura e Planeamento em 07/06/2005 foi exarado o seguinte parecer:

"Em face dos antecedentes e na minha apreciação só agora efectuada ao processo, já que só agora é que o mesmo é colocado a parecer desta Divisão, sou de informar o seguinte:

O requerente apresentou um projecto de arquitectura para construção de um edificio destinado a casa de habitação em Junho de 1978, com o alvará de licença de obras caducado desde 14 de Outubro de 1978.

Em 30 de Março deste ano, submeteu à apreciação deste município um novo projecto para proceder a obras de alteração ao edificio construído no local, que não respeitou em nada o projecto inicial então aprovado.

O projecto foi apreciado pelos técnicos que subscreveram os respectivos pareceres, colocando os mesmos apenas como entrave para a sua aprovação a não existência de título de propriedade, ou seja certidão de registo do prédio na Conservatória em nome do requerente.

Nesta data o processo é reapreciado, em face da exposição apresentada pelo requerente, pese embora na sua apresentação, o nome referido esteja errado, sendo que efectivamente é de considerar o exposto, devendo a respectiva certidão ser presente no prazo máximo de seis meses a partir da data de emissão da licença de utilização.

Esta condição ao princípio foi aprovado em reunião de Câmara, após parecer emitido pelos serviços jurídicos deste município.

No entanto, na qualidade de Chefe de Divisão, em substituição também do Sr. Director do DUA nas suas funções, em face da sua baixa médica e por determinação Superior, e na apreciação pela primeira vez deste processo e dado que o incumprimento das disposições regulamentares, implica a nulidade do acto de aprovação e responsabilização dos técnicos autores dos respectivos pareceres, devo informar o seguinte:

Os quartos de dormir, propostos para as águas furtadas, não têm pé direito regulamentar, contrariando o artigo 65º do Decreto-Lei 650/75 de 18 de Novembro (RGEU).

Dado que vai haver demolição da cobertura actual e construída uma nova cota até mais elevada, não poderão existir beirais sobrepostas para os prédios confinantes."

----- O Senhor Vice-Presidente Eng.º António Branco em 09/06/2005 exarou o seguinte despacho:

Averbamento: conforme rectificação feita no acta de 08/07/2005, a deliberação passa a ter a seguinte redacção: "A Câmara Municipal (Acta n.º 13 de 05/06/24) deliberou por unanimidade, a instrução do 10 processo de alteração nos termos do parecer jurídico, junto ao processo 516/77, concedendo igual"
12

mentemente o *prazo de 6 meses o documento em falta - certidão da Conservatória do Registo Predial."* 08/07/2005 *O Director de Departamento Luis Maria*

aprovação. Ao requerente deverão ser transmitidos os condicionalismos expressos na informação da DAP."

DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

15 - DSEAS - Plano de Transporte Escolares - Ano Lectivo 2005/2006.

----- Foi presente o Plano de Transportes Escolares para o Ano Lectivo 2005/2006 que a seguir se transcreve:

"ASSUNTO: "PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2005/2006"

1 - Após a reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada no dia 20 de Junho de 2005, apresento a V. Exa. o "PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2005/2006", bem como os respectivos "Caderno de Encargos" e "Programa de Concurso", a fim de se proceder à abertura de concurso público para adjudicação de Circuitos e Mini - Circuitos especiais de aluguer.

2 - De acordo com o solicitado pela Câmara Municipal, em tempo legal, foram enviadas, pelos estabelecimentos de ensino, as previsões do número de alunos para o ano lectivo de 2005/2006.

Assim as tipologias das viaturas, no que respeita à capacidade dos alunos a transportar, têm por base as previsões apresentadas pelos vários estabelecimentos de ensino e Agrupamentos.

Todas as viaturas devem estar apetrechadas para efectuarem o transporte dos alunos de acordo com a lei vigente e de acordo com a lei que vier a ser aprovada para o efeito durante o ano lectivo de 2005/2006.

3 - Manter-se-ão as carreiras de serviço público, nos "Circuitos" que a seguir se descriminam, devendo a Câmara Municipal decidir acerca da afectação do serviço de transporte escolar, em regime de requisição de passes às empresas transportadoras indicadas nos Circuitos n.ºs. 3; 4; 7; 8; 9; 10; 11 e 12:

CIRCUITO N.º 3

SOC. DE TRANSPORTES CARRAZEDA / VILA FLOR

ITINERÁRIO: Cachão - Frechas - Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 70 Kms.

Utilização de uma viatura de 50 lugares, com desdobramento a Cachão, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 4

EMPRESA RODONORTE

ITINERÁRIO: Milhais - Abreiro - Cruz. da Palorca - Cruz. do Navalho - Avidagos - Pereira - Mirandela

Utilização de uma viatura de 70 lugares.

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 110 Kms, com desdobramento a Milhais, à hora do almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 7

SOC. DE TRANSPORTES CARRAZEDA / VILA FLOR

ITINERÁRIO: Vale da Sancha - Freixeda - Vila Verde - S. Salvador - Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 80 Kms.

Utilização de uma viatura de 50 lugares, com desdobramento a Vale da Sancha, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 8

EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA

ITINERÁRIO: Aguietas - Cruz. da Fradizela - Bouça - Cruz. de Vale de Gouvinhas - Vale de Telhas - Vale de Salgueiro - Cabanelas - Cruz. de Valongo das Meadas - Cruz. de Abambres - Vale de Juncal - Cruz. de Chelas - Vila Nova das Patas - Carvalhais - Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 125 Kms.

Utilização de duas viaturas de 60 lugares com desdobramento a Vale de Telhas, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 9

EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA

ITINERÁRIO: Cruz. da Bouça - Ferradosa - Cruz. da Fradizela (Barroca) - Cruz. da Ribeirinha - Cruz. de Guide - Torre de Dona Chama

Utilização de uma viatura de 50 lugares que percorrerá a média diária necessária de 60 Kms.

CIRCUITO N.º 10

EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA

ITINERÁRIO: Bouça - Fradizela - Ervideira - Aguietas - Vilar de Ouro - S. Pedro Velho - Guide - Torre de Dona Chama

Utilização de uma viatura de 50 lugares, sendo a média diária a percorrer de 41 Km.

CIRCUITO N.º 11

EMPRESA ALFANDEGUENSE

ITINERÁRIO: Caravelas – Freixeda – Vila Verde – S. Salvador – Mirandela

Utilização de uma viatura de 50 lugares que percorrerá a média diária necessária de 120 Kms, com desdobramento a Caravelas, às 13.20 horas, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 12

EMPRESA AUTO VIAÇÃO DO TÂMEGA

ITINERÁRIO: Torre de Dona Chama – Vilares – Cruz. de Múrias – Cruz. de Couços – Cruz. de Vale de Prados – Mascarenhas – Valbom dos Figos – Contins – Carvalhais – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 90 Kms.

Utilização de uma viatura de 70 lugares, com desdobramento a Mascarenhas, um dia na semana às 13.20 horas.

4 – Os “Circuitos” e “Mini – Circuitos” a seguir descritos têm que ser equacionados para efeitos de concurso, sendo necessário deliberar sobre a abertura do mesmo, dado que para realização dos “Circuitos” as empresas concessionárias dos respectivos itinerários exigem o pagamento de um subsídio diário, para além do valor dos passes requisitados e os “Mini – Circuitos” não estão abrangidos pelo sistema de carreira de serviço público.

4.1 – CIRCUITOS

CIRCUITO N.º 1

ITINERÁRIO: Cruz. da Assureira – Vimieiro – Romeu – Cruz. de Vila Verdinho – Cruz. de Vale de Lobo – Cruz. de Pousadas – Vilar de Ledra, Cruz. de Carvalhais – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 70 Kms.

Utilização de uma viatura de 50 lugares, com desdobramento à hora de almoço à localidade de Romeu, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 2

ITINERÁRIO: Vale de Asnes – Cedainhos – Cedães – Cruz. de Vale de Madeiro – Bairro de S. Martinho – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 90 Kms.

Utilização de uma viatura de 30 lugares, com desdobramento a Vale de Asnes, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 5

ITINERÁRIO: Franco – Cruz. de Vila Boa – Lamas de Orelhão – Passos – Campo de Aviação – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 80 Kms.

Utilização de uma viatura de 70 lugares, com desdobramento à localidade de Franco, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 6

ITINERÁRIO: Vale de Lagoa – Alvites – Cruz. de Lamas de Cavalo – Paradela – Avantos – Cruz. de Carvalhais – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o Circuito é de 100 Kms.

Utilização de uma viatura de 30 lugares, com desdobramento a Vale de Lagoa, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 13

ITINERÁRIO: Eixes – Golfeiras – Mirandela

Utilização de uma viatura de 30 lugares, sendo a média diária necessária a percorrer o itinerário de 12 Kms, com desdobramento a Eixes, à hora de almoço, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 14

ITINERÁRIO: Barcel – Valverde – S. Pedro de Vale do Conde – Fonte da Urze – Rego de Vide – Mirandela

A média necessária para percorrer o Circuito é de 66 Kms.

Utilização de um autocarro de 50 lugares, com desdobramento, à hora do almoço, à localidade de Barcel, um dia na semana.

CIRCUITO N.º 16

ITINERÁRIO: Pai Torto – Suções – Mirandela

A média diária necessária para percorrer este itinerário é de 60 Kms.

Utilização de uma viatura de 30 lugares, com desdobramento a Pai Torto, à hora de almoço, um dia na semana.

4.2 – MINI - CIRCUITOS

MINI - CIRCUITO N.º 1

ITINERÁRIO: Vale de Maior – Vale de Gouvinhas – Cruz. da Bouça – Ribeirinha – Cruz. da Ribeirinha

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 50 Kms.

Utilização de uma viatura de 9 lugares.

Transporte de alunos para a Escola do 1.º Ciclo de Ensino Básico de Vale de Gouvinhas, bem como para as Escolas E B 1 e 2 de Torre D. Chama e Externato Liceal de Torre de D. Chama e Escola Secundária de Mirandela, de acordo com os horários praticados no Estabelecimento de Ensino de Vale de Gouvinhas e transportes escolares que operam na zona (Cruz. da Bouça) e que servem os alunos que se deslocam quer para Torre de D. Chama, quer para Mirandela.

MINI - CIRCUITO N.º 2

ITINERÁRIO: Quintas – Vale de Martinho – Cruz. da E.N. 315 – Abambres

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 30 Kms.

Utilização de uma viatura de 9 lugares, com desdobramento às 13.30 horas, um dia na semana.

MINI - CIRCUITO N.º 3

ITINERÁRIO: Miradezes – Cruz. da E.N. 315 (Vale de Salgueiro)

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 16 Kms.

Utilização de uma viatura de 5 lugares.

Transporte de alunos para as Escolas E B 2 e 3 Luciano Cordeiro e Secundária de Mirandela de acordo com os horários dos transportes públicos que operam na zona sendo necessário efectuar desdobramento um dia na semana, à hora de almoço.

MINI - CIRCUITO N.º 4

ITINERÁRIO: Navalho – Cruz. de Avidagos e Palorca – Cruz. da E.N. – Avidagos

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 42 Kms.

Utilização de uma viatura de 9 lugares.

Transporte dos alunos do Navalho para o Cruz. de Avidagos, bem como dos alunos de Palorca para as Escolas de Avidagos, EB2 e 3 Luciano Cordeiro e Secundária de Mirandela, de acordo com os horários praticados pelos estabelecimentos de ensino e transportes públicos que operam na zona.

MINI - CIRCUITO N.º 5

ITINERÁRIO: Vila Verdinho – Cruz. da E.N. 15

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 20 Kms.

Utilização de uma viatura de 9 lugares.

Transporte dos alunos de Vila Verdinho que frequentam as Escolas E B 2 e 3 Luciano Cordeiro, Secundária de Mirandela, para o cruzamento do E.N.15, de acordo com os horários dos transportes que operam na zona sendo necessário efectuar desdobramento um dia na semana, às 13.30 horas.

MINI - CIRCUITO N.º 6

ITINERÁRIO: Vila Boa – Franco

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 30 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte dos alunos para a E B 1 de Franco e Escolas E B 2, 3 Luciano Cordeiro e Secundária de Mirandela, de acordo com os horários praticados pelo Estabelecimento de Ensino e pelos transportes escolares que operam na zona.

MINI - CIRCUITO N.º 7

ITINERÁRIO: Vimieiro – Romeu / Cruz. de Vale de Couço e Escola Primária.

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 36 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte dos alunos para a Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Romeu bem como transporte dos alunos do Ensino Preparatório e Secundário, para o cruzamento da E.N. (Romeu) de acordo com os horários da carreira pública que opera na zona.

MINI - CIRCUITO N.º 8

ITINERÁRIO: Regodeiro – Múrias – Cruz. de Múrias – Quinta do Seixo – Torre D. Chama

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 50 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte dos alunos para as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Múrias, E B 1 e 2 de Torre D. Chama e Externato Liceal de Torre de Dona Chama, de acordo com os horários praticados pelos estabelecimentos de ensino e transportes escolares que servem aquelas localidades. Neste itinerário é transportado um aluno com deficiência e o respectivo acompanhante.

MINI - CIRCUITO N.º 9

ITINERÁRIO: Quinta do Gorrão – Vale de Pereiro – Carvalhais; Vale de Lobo – Vilar de Ledra – Carvalhais

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 66 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos residentes em Vale de Pereiro, Quinta do Gorrão e Vilar de Ledra para a Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Carvalhais e de Vale de Pereiro para as Escolas EB2 e 3 Luciano Cordeiro e Secundária de Mirandela, de acordo com os horários praticados na Escola do 1º. Ciclo e Metropolitano de Superfície que serve os alunos utilizadores deste meio de transporte.

MINI - CIRCUITO N.º 10

ITINERÁRIO: Gandariças – Torre D. Chama

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 36 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos para a E B 1 e 2 de Torre D. Chama e Externato Liceal de Torre D. Chama.

MINI - CIRCUITO N.º 11

ITINERÁRIO: Bronceda – Estanca Rios – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 24 Kms.

Utilização de uma viatura de 9 lugares.

Transporte de alunos para as Escolas Preparatória e Secundária de Mirandela e do 1º Ciclo do Ensino Básico de Goffeiras, de acordo com os horários de entrada e saída dos referidos estabelecimentos de ensino.

MINI - CIRCUITO N.º 12

ITINERÁRIO: Chelas – Maravilha – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 30 Kms.

Transporte dos alunos para as Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico n.º 1 (Central), E B 2 e 3 Luciano Cordeiro e Secundária de Mirandela, de acordo com os horários praticados por aqueles estabelecimentos de ensino.

Utilização de uma viatura de 9 lugares.

MINI - CIRCUITO N.º 13

ITINERÁRIO: Lamas de Cavalo – Alvites

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 15 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte dos alunos para a Escola do 1.º Ciclo de Ensino Básico de Alvites.

MINI - CIRCUITO N.º 14

ITINERÁRIO: Eivados – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 24 Kms.

Utilização de uma viatura de 5 lugares.

Transporte dos alunos para as Escolas E B 2 e 3 Luciano Cordeiro e Secundária de Mirandela, sendo necessário efectuar desdobramento, à hora de almoço, um dia na semana.

MINI - CIRCUITO N.º 15

ITINERÁRIO: Mosteiró – Guide – Torre de D. Chama.

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 30 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos para a Escola Básica Integrada e Externato Liceal de Torre D. Chama, de acordo com os horários ali praticados.

MINI - CIRCUITO N.º 16

ITINERÁRIO: Vale de Madeiro – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 20 Kms.

Utilização de uma viatura de 9 lugares.

Transporte de alunos para as Escolas E B 2 e 3 Luciano Cordeiro, e Secundária de Mirandela, de acordo com os horários praticados pelos referidos estabelecimentos de ensino, com desdobramento, à hora de almoço, dois dias na semana.

MINI - CIRCUITO N.º 17

ITINERÁRIO: Quinta do Choupim – Bairro da Ruiva – Mirandela

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 24 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos para a Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico n.º 2 de Mirandela e para a Escola EB 2 e 3 Luciano Cordeiro.

MINI - CIRCUITO N.º 18

ITINERÁRIO: Vilar de Ouro – S. Pedro Velho

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 12 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos residentes em Vilar de Ouro para a Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de S. Pedro Velho, de acordo com os horários praticados nos referidos estabelecimentos de ensino.

MINI - CIRCUITO N.º 19

ITINERÁRIO: Abambres – Vale de Juncal

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 10 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos para a Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Vale de Juncal, de acordo com os horários praticados no estabelecimento de ensino.

MINI - CIRCUITO N.º 20

ITINERÁRIO: Casario – Corriça

A média diária necessária para percorrer o itinerário é de 12 Kms.

Utilização de uma viatura de cinco lugares.

Transporte de alunos para a Escola do 1º. Ciclo do Ensino Básico de Corriça, de acordo com os horários praticados no estabelecimento de ensino.

5 – Tal como já foi equacionado no Ponto 2, refira-se que para as diversas tipologias das viaturas, quanto ao número de lugares, foram tidos em conta os indicadores das previsões apresentados por cada estabelecimento de ensino e indicadores relativos ao ano lectivo de 2004/2005, podendo contudo verificarem-se alterações, após a realização das respectivas matrículas.

6 – A Câmara Municipal ao estar atenta ao desenvolvimento e operacionalidade do sistema de Transportes Escolares em cada ano lectivo e após análise de eventuais reclamações ou disfunções surgidas com a execução do transporte em cada Circuito ou Mini – Circuito e respectivas viaturas, nomeadamente no que respeita às condições técnicas das mesmas e de acomodação dos utilizadores, caso de eventuais superlotações, deverá proceder em futuros concursos à não aceitação e inclusão em concursos, as empresas que prevariarem e originem situações de anormal funcionamento do Plano de Transportes.

7 – Por último e no que diz respeito aos valores previsíveis a serem despendidos para os “Circuitos” e “Mini – Circuitos” desenvolvidos no Ponto 4, os quais foram calculados tendo por base a um número previsível de dias lectivos para o ano lectivo de 2004/2005, cujo número será de 174 (cento e setenta e quatro) dias lectivos, conforme o calendário escolar definido, bem como os valores das adjudicações pelos quais foram efectuados os transportes no ano lectivo em curso, o valor global que se aponta tem a aproximação do montante anual e global de 331.463,00€ (trezentos e trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e três euros), sendo 123.823,00€ (cento e vinte e três mil, oitocentos e vinte e três euros) referente ao ano de 2005 e 207.640,00€ duzentos e sete mil, seiscentos e quarenta euros) referente ao ano de 2006.

À consideração superior.”

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Manter os autocarros de serviço público nos circuitos referidos no ponto 3 da informação transcrita;
- 2 – Proceder à abertura de concurso para os circuitos e mini-circuitos constantes do ponto 4, após cabimento orçamental.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA

-----Foram presentes os assuntos a seguir referidos, por terem sido reconhecidos, por unanimidade, a urgência da deliberação sobre os mesmos, nos termos do Art. 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro.

16 – Candidatura das Obras de Ampliação e Remodelação do Museu Etnográfico de Suções ao Programa de Equipamentos Urbanos de Utilidade Colectiva - Subprograma n.º 2 - Despacho n.º 7186/2003 (2.ª série) – Junta de Freguesia de Suções.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 5046 de 24/06/2005 subscrito pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Suções, com o seguinte teor:

“As obras acima referenciadas, como é do conhecimento de V.a Ex.a, são imprescindíveis para o bom funcionamento do único Museu Etnográfico que existe no concelho de Mirandela.

Encontra-se, neste momento, concluído o projecto de arquitectura que, como é do conhecimento de V.a Ex.a, é da responsabilidade do Sr. Arquitecto Nuno Sousa.

Em face do exposto, solicitamos a V.ª Ex.a;

1 - Se digne aprovar e autorizar a referida obra;

2 - Participação Municipal no montante que não for abrangido pela participação financeira do Estado, através do programa equipamentos a que a obra é candidata.

Destas deliberações, solicitamos declarações comprovativas para serem apresentadas, com a candidatura, até ao final do corrente mês.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Candidatura das Obras de Ampliação e Remodelação do Museu Etnográfico de Suções ao Programa de Equipamentos Urbanos de Utilidade Colectiva - Subprograma n.º 2 - Despacho n.º 7186/2003 (2.ª série) – Junta de Freguesia de Suções e necessária participação caso venha a ser aprovada.

17 – Secção de Património - Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial.

----- Foi presente a acta da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial que a seguir se transcreve:

“Aos vinte e dois dias do mês de Março de 2005, reuniu-se na Câmara Municipal de Mirandela, sob a Coordenação do Senhor Vice Presidente o Eng.º António José Almor Branco, a Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial de Mirandela.

Estiveram presentes a este acto:

- Dr. Sérgio Casado, em representação do centro de Apoio à criação de Empresas de Mirandela;
- Dr. Jorge Moraes, em representação da Associação Industrial e Comercial de Mirandela;
- Maria do Céu Lima Inácio, Chefe de Secção do Património da Câmara Municipal;

a, fim de debater os seguintes pontos de ordem de trabalhos:

1 - Análise das candidaturas;

2 - Reanálise das candidaturas da H.P. Investimentos Agrícolas, Soc. Comercial de Portas Fernando Bonifácio e Coopropar da reunião da comissão de 11/10/2004;

3 - Nomeação da Comissão Externa à Comissão de Análise;

4 - Visita às instalações já concluídas e verificação do investimento.

Ponto 1 - Foram presentes dez processos para análise:

- Miragurtes - Comércio de Lacticínios L.da;
- Gonçalves & Meireles;
- Dimáguas - Furos D'Águas, L.da;
- Adérito Manuel Gomes;
- Auto - Andorrano - Manutenção de Veículos Automóveis;
- MultiGranitos - Transformação de Granitos;
- Andritatis - Transportes;
- Azeitonas Rainha - Indústria de Conservação e Transformação de Azeitona, L.da;
- DOUROGÁS;
- Tualimpa;

Todas as **candidaturas foram aceites** e a comissão emitiu parecer positivo quanto à aquisição dos lotes pretendidos, ficando no entanto condicionados à existência de espaços disponíveis.

Quanto à DOUROGÁS, trata-se de uma atribuição no âmbito do contrato de concessão da distribuição de Gás Natural, estando o terreno atribuído desde o estabelecimento do Protocolo.

Ponto 2 - Relativamente à reanálise das candidaturas, HP. Investimentos Agrícolas, Soc. Comercial de Portas Fernando Bonifácio e Coopropar, a comissão emitiu parecer positivo quanto à aquisição do lote pretendido, ficando no entanto condicionado à existência de espaço disponível.

Ponto 3 - Nomeação Externa da Comissão de Avaliação Técnica, Económica e Financeira dos Processos de Candidaturas aos lotes de terreno na Zona Industrial.

Foi solicitado à **Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana**, através do nosso escritório 4015, colaboração na análise das candidaturas de atribuição aos lotes da Zona Industrial, tendo a mesma em ofício com a ref. 232, datado de 13/05/2005, assegurando a análise das candidaturas, através do economista daquela Associação Dr. Mário Armando Figueiredo Almeida.

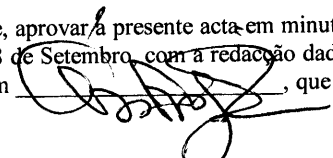
Ponto 4 - Relativamente ao **investimento**, em conformidade com as **previsões do projecto**, nomeadamente dos postos de trabalho a Comissão de análise **verificou que a:**

- Vidreira de Mirandela;
- Empreiteiros Morais & Filhos;
- Real Aves;
- Maria Alcina Santulhão;
- Vipani e
- Maurício Augusto Sá.

A comissão após visita ao local e conforme fotografias tiradas aos pavilhões, que se anexa, verificou que as empresas reuniam todos os requisitos, ficando apenas a aguardar a entrega dos respectivos documentos, na secção de Património, com vista a marcarem a escritura de propriedade plena.

E por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente acta que vai ser lida e assinada pelos presentes.”

DELIBERAÇÃO – A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com o proposto.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 – A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim , que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 09 horas e 45 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL


DR. JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO AOS
SERVIÇOS OPERATIVOS


ÁUREA DO AMPARO PEREIRA